

Rui Rio diz que os Açores “valem 12 mil votos”

“Não é uma fortuna”

O líder do PSD voltou a referir-se ao caso da exclusão de Mota Amaral da lista do partido ao Parlamento Europeu, para dizer que o assunto, dentro do seu partido, está encerrado.

Mas adiantou mais achas para a fogueira, numa entrevista concedida à Antena 1, ao afirmar que os Açores não valem mais do que 12 mil votos, acrescentando de seguida: “Não é uma fortuna”.

Rui Rio diz não perceber a animosidade dos Açores, mas também refere que isso vai passar.

Na corrida às eleições europeias, o Presidente do Partido Social Democrata admite que perder um eurodeputado seria um mau resultado para o partido.

Rui Rio sublinha que um resultado positivo passa por melhorar os 26,7% dos votos, obtidos nas eleições de 2014.

O Presidente social democrata contesta ainda as acusações de António Costa de que a lista do PSD simboliza o passado.

Rio lembra que a número dois da lista é uma jovem de 30 anos, Lúcia



Pereira, e que este é um sinal de renovação. Rui Rio considera que Pedro Marques foi uma má escolha do PS e que a lista do Partido Socialista é um “depósito” de ex-ministros e um conjunto de desempregados políticos.

Quanto às eleições legislativas, independentemente do resultado, o PSD deve ter como objectivo afastar o Bloco

de Esquerda e PCP da esfera do poder, para que se possam fazer as reformas estruturais de que o país necessita.

O Presidente do PSD acusou BE e Partido Comunista de puxarem pela parte mais negativa do PS no que respeita à distribuição dos gastos.

Antigamente, diz Rui Rio, distribuíam o que tinham e o que não tinham.

Agora distribuem apenas o que têm, mas distribuem tudo.

Só em casos extraordinários, Rui Rio admite um bloco central. Neste momento, o país não está numa situação de caos, por isso, diz, não é objectivo do PSD ser governo com o PS.

Sobre os professores, além de admitir que é necessário devolver o tempo de serviço aos docentes ao longo dos próximos anos, Rui Rio propõe uma solução mista: um misto de dinheiro no eixo do tempo e a antecipação do tempo de reforma para os professores. Algo que, diz, pode não custar dinheiro, porque com a diminuição do número de crianças, nem todos os professores que se reformam têm necessariamente de ser substituídos.

Quanto aos passes sociais, o presidente do PSD contesta a medida e o “timing”.

Rui Rio diz que é uma medida eleitoralista e uma medida desigual já que é especialmente dirigida à Área Metropolitana de Lisboa, onde há mais votos.

“Isto não é justo para Portugal”, afirmou.

Em carta enviada aos deputados regionais

Técnicos superiores da Segurança Social acusam Governo Regional de os discriminar

Cerca de 40 técnicos superiores e outros a desempenhar funções no Instituto de Segurança Social dos Açores em Ponta Delgada por Instituições Particulares de Solidariedade Social acusam o Governo Regional de que “há mais de dez anos nada fez nem faz para alterar esta situação discriminatória”, que passam a explicar numa carta enviada ontem aos deputados do Parlamento regional.

“Situação que nos revolta e desmotiva quando técnicos e indivíduos de direitos, somos discriminados e desvalorizados, aos desempenharmos as nossas funções no ISSA, respondemos hierarquicamente e seguimos orientações dos superiores do ISSA, em tudo igual aos nossos colegas que são funcionários públicos e que se encontram no mesmo gabinete ao nosso lado, a desempenharem as mesmas funções. O que não é igual é que aferimos salários das tabelas remuneratórias de IPSS, muito inferiores aos nossos colegas”, lê-se na carta a que tivemos acesso.

“Um estado que na sua Constituição da República defende o princípio da igualdade, que promove os direitos dos trabalhadores e a não discriminação, como é possível que o Governo Regional continue a permitir e a fomentar estas desigualdades”,



adiantam os técnicos, acrescentando que “quanto não bastasse abriram concurso para 6 psicólogos e 10 assistentes sociais para o ISSA, em vez de se dignificarem a regularizar e valorizar os técnicos que há anos se encontram a desempenhar funções nas suas equipas”.

“Nem mesmo com a abertura do concurso não foi regularizada a situação das equipas que prestam apoio directo ao tribunal, em que deveriam obrigatoriamente ser constituídas por técnicos do quadro, o que não se

verificou, na Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais Promoção e Protecção não houve nenhum técnico com o concurso tenha regularizado a sua situação”, acusam, para logo a seguir perguntarem: “Que respeito e a dignidade tem pelos técnicos, que para trabalhar e desempenhar as suas funções no ISSA com zelo e profissionalismo somos iguais aos funcionários públicos, e também desde janeiro 2019 passamos a fazer o registo de assiduidade por marcação em relógio de ponto no ISSA mais

uma diretriz que obedecemos, mas para sermos dignificados e aferirmos os mesmos salários somos considerados colaboradores externos”.

“Sentimos discriminação salarial imoral que provoca desmotivação, sentimento de injustiça, deteriora as relações de trabalho e vai contra ao princípio consagrado na Constituição da República”, lê-se ainda na carta enviada aos deputados, “esta discriminação não poderia estar mais enaltecida, quando se trata da violação de um princípio consagrado na Constituição Portuguesa, art.º 59º “direitos dos trabalhadores”, alínea a) “...para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna”.

E voltam a questionar: “Que justificação o Governo Regional tem para permitir estas desigualdades, enquanto aquilo que dizem defender é exactamente o contrário e vai contra a Constituição”.

“Queremos equiparação remuneratória dos técnicos que se encontram a desempenhar funções no ISSA (os educadores estão equiparados) não podemos continuar a ser discriminados e desvalorizados que temos igualdade de direitos”, conclui a carta, que depois descreve as várias equipas e técnicos em causa.